

ESTADO DE MINAS - P. 13 E 14 - 04/09/2018



O PAÍS QUE MATA A SUA HISTÓRIA

APÓS INCÊNDIO QUE CONSUMIU RICO ACERVO DO MUSEU NACIONAL, NO RIO, MP E GOVERNO DE MINAS ANUNCIAM FISCALIZAÇÃO. INSTALAÇÕES PEDEM SOCORRO EM CIDADES MINEIRAS

LIÇÕES DAS CINZAS

GUSTAVO WERNECK

Fogo, tristeza e, agora, busca de proteção. No dia seguinte ao incêndio que destruiu grande parte do acervo e do prédio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), autoridades de Minas se mobilizam para evitar que o patrimônio estadual siga o mesmo caminho ou sofra com a degradação – no estado, há 430 museus, sendo 125 na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 68 na capital. Ontem, o Ministério Público, via Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico (CPPC), começou a fazer um levantamento para verificar o tipo de proteção existente nas edificações que funcionam como equipamento cultural. Já o governo do estado anunciou a realização da Operação Alerta Vermelho pelo Corpo de Bombeiros, com órgãos mineiros ligados ao setor cultural, de patrimônio histórico e de meio ambiente, para fiscalizar equipamentos públicos e orientar sobre a prevenção a incêndios.

No caso da iniciativa do MP, segundo a coordenadora da CPPC, promotora de Justiça Giselle Ribeiro de Oliveira, estão sendo expedidos comunicados às comarcas para que os representantes das promotorias verifiquem a situação dos museus nas cidades e quais são as formas de proteção. A partir das investigações, promotores de Justiça vão elaborar um diagnóstico e propor medidas de salvaguarda aos gestores municipais ou de museus particulares, a fim de fomentar as

ações. “Estamos todos chocados com o ocorrido no Rio de Janeiro, acho mesmo que ficamos de luto por perda tão grande”, lamentou Giselle.

No estado, conforme a Superintendência de Museus e Artes Visuais, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, cerca de 20% dos museus estão em situação lamentável quanto à segurança. “A maior parte deles funciona em prédios antigos”, disse a diretora de Ações Museológicas, Ana Werneck, ressaltando que os acervos mais importantes para contar a

história de Minas, especificamente sobre o Ciclo do Ouro, estão na Região Central, embora haja expoentes também no Sul de Minas, como em Campanha, e no Vale do Jequitinhonha, a exemplo de Diamantina.

Os especialistas lastimam a grande perda do patrimônio arqueológico, com muitas peças oriundas da Região Cárstica, que tem Lagoa Santa como principal referência. Mas o secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, Zaqueu Astoni Moreira, lembrou que estavam no museu também uma coroa e um cetro do congado, um tambor do século 18 da Igreja Nossa Senhora do Rosário e dois anjos da Igreja das Mercês de Cima, no Centro Histórico da antiga Vila Rica.

Em Ouro Preto, o Corpo de Bombeiros vai intensificar a fiscalização em todos os locais que guardam a memória da cidade, reconhecida como Patrimônio da Humanidade. Haverá bastante trabalho. Conforme apurou o Es-

tado de Minas, o Museu da Inconfidência, por exemplo, ficou com as contas de luz em atraso por 19 meses. O EM entrou em contato com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ao qual a unidade está vinculada, mas até o fechamento da edição não obteve resposta. Considerado o segundo museu federal mais visitado do país, atrás apenas do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), o Inconfidência recebe cerca de 150 mil pessoas/ano.

IMPACTOS No interior de Minas, os efeitos da destruição do Museu Nacional foram avassaladores. “Cortou a nossa história na raiz”, disse, com consternação, Álvaro Kelmer, coordenador do Museu Georges Bernanos, em Barbacena, na Região Central. Ele conta que o equipamento cultural, localizado no Bairro Vilela, precisa de reestruturação principalmente no telhado, e que descendentes do escritor francês (Georges Bernanos – 1889-1948), que morou em Barbacena na década de 1940, vão se encarregar dos projetos.

Quem também ficou impressionada – “Não paro de receber telefonemas desde a hora do incêndio”, ressaltou – foi a curadora e diretora Mônica Castello Branco, do Museu Casa Natal de Santos Dumont, em Cabangu, no distrito de Mantiqueira, em Santos Dumont, na Região Central. A casa dedicada à memória do Pai da Aviação tem três pavilhões interditados há 10 anos e está com vários projetos para recuperar o equipamento.

Já em Santa Luzia, na Grande

CONT... ESTADO DE MINAS - P. 13 E 14 - 04/09/2018



ACERVO DA PUC DESTRUÍDO

Em 22 de janeiro de 2013, o fogo destruiu parte do acervo do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, no Bairro Coração Eucarístico, na Região Noroeste de Belo Horizonte. As labaredas atingiram o segundo andar do prédio e queimaram, principalmente, réplicas e cenários. Foi consumida parte das exposições Peter W. Lund, sobre a vida do paleontólogo e naturalista dinamarquês, e do pleistoceno, cujo tatu gigante teve placas da carapaça descoladas. O museu foi reaberto depois de 11 meses.

BH, a população não vê a hora de ter de volta o Museu Aurélio Dolabella/Casa da Cultura, fundado em 1962 e há quatro anos fechado. No casarão que abrigava o equipamento cultural, na Praça da Matriz, no Centro Histórico, e que serviu de quartel durante a Revolução de 1842, há toda sorte de problemas. A expectativa é de que, a partir da conclusão dos projetos, neste mês, a licitação seja feita no mês posterior para começo das obras em novembro. O acervo incluindo armas, mobiliário, louças, documentos, quadros

Detalhe de gambiarra e madeiramento em decomposição em museu de Santa Luzia: prédios históricos demandam cuidados urgentes

e outros objetos do século 19 está guardado em local seguro.

DIMENSÃO MUNDIAL Em nota, a Secretaria de Estado da Cultura lamentou a destruição do Museu Nacional, instalado desde a proclamação da República no palácio imperial da Quinta da Boa Vista, no Rio. “Constitui numa tragédia imensa para todo o Brasil e em perda de dimensão mundial. Muito da história de Minas passava pelos acervos do local, e os riscos que cercavam o conjunto arquitetônico sempre causaram apreensão a todos os militantes do campo da cultura”. E mais: “Uma advertência incontornável impõe-se ao Brasil e a todos nós quanto à necessidade de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, com investimentos financeiros à altura das demandas acumuladas”.

ALTOS E BAIXOS

1) Museu de Arte da Pampulha (MAP), em BH

Parte do conjunto moderno, em Belo Horizonte, o equipamento cultural está aberto à visitação e aguarda recursos para restauro, incluindo investimento do PAC das Cidades Históricas

2) Museu Georges Bernanos, em Barbacena

Na década de 1940, o escritor francês morou na cidade e hoje a direção do museu tombado pelo município busca meios para continuar a receber os visitantes. Descendente de Bernanos se encarregam do projeto

3) Museu Casa Natal de Santos Dumont, em Cabangu, em Santos Dumont

Com três pavimentos interditados há 10 anos, a direção do museu que guarda a memória do Pai da Aviação também busca meios para manter aberto o equipamento cultural inaugurado em 1973

4) Museu Mineiro, em BH

Integrante do Circuito Liberdade, o museu passa por uma grande obra de restauração, que contemplou toda a parte elétrica e novo sistema de iluminação

5) Museu Aurélio Dolabella/Casa da Cultura, em Santa Luzia

O solar diante da Matriz de Santa Luzia está fechado há mais de quatro anos e precisa de obras urgentes, principalmente na estrutura. Gambiarras próximas ao prédio assustam moradores e visitantes



ESTADO CRIA FORÇA - TAREFA PARA FISCALIZAR

Em reação ao incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o governador Fernando Pimentel (PT) se reuniu ontem com os comandantes do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, da Defesa Civil e representantes das secretarias de estado de Cultura e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além de órgãos ligados ao patrimônio cultural, como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) e a Fundação Clóvis Salgado. No encontro foi determinada mobilização em nível estadual para fiscalizar equipamentos culturais e orientar sobre a prevenção a incêndios, por meio da Operação Alerta Vermelho.

De acordo com o comandante-geral dos Bombeiros, coronel Cláudio Roberto de Souza, esta será a

11ª edição da operação em 12 meses. “Faremos visitas de orientação nos equipamentos onde existe esse acervo histórico, com os outros órgãos”, afirmou. “Vamos averiguar a falta do extintor, sinalização de emergência, material combustível que está inadequadamente acondicionado, coisas desse tipo”, disse, afirmando que a operação ocorrerá em todo o estado.

EMPENHO A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, informa em nota que tem se empenhado “em garantir a segurança e a preservação dos acervos que estão sob sua guarda, dotando os equipamentos de infraestrutura de combate a incêndio, bem como aprimorando as equipes responsáveis por sua utilização. Todos os equipamentos culturais do município têm extintores de incêndio devidamente sinalizados e com a validade em dia, e têm também brigadistas treinados em seu corpo técnico”.

PALAVRA DE ESPECIALISTA

SARAH ISSA,
DOCTORANDA NO MUSEU NACIONAL E
TÉCNICA ANALISTA EM ARQUEOLOGIA
DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Uma perda gigantesca

“É muito difícil, em um momento desses, dizer se podemos tirar alguma lição positiva do incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Pode ser que haja alguma lição, no sentido de tentar remediar e que seja apurado o que realmente ocorreu. Fiquei muito emocionada, pois perdemos um patrimônio gigantesco. Temos que ver que não se perdeu apenas um prédio, mas todo um acervo, documentos históricos, enfim, um acervo muito rico. A estrutura estava bem precária, não havia porta corta-fogo”

CONT... ESTADO DE MINAS - P. 13 E 14 - 04/09/2018

UNIDADE DE LAGOA SANTA QUE ABRIGA 'PARENTES' DO FAMOSO FÓSSIL QUE AJUDOU A RECONTAR A OCUPAÇÃO DAS AMÉRICAS É INTERDITADA ÀS PRESSAS, APÓS DESTRUIÇÃO DE MUSEU NO RIO

SEM EXTINTOR, 'CASA' DO POVO DE LUZIA FECHA PORTAS

MATEUS PARREIRAS

As chamas que consumiram o Museu Nacional no Rio de Janeiro, que abrigava o crânio fossilizado de Luzia, deixaram evidente o risco que corre o acervo de fósseis que ajudaram a reescrever a história humana nas Américas. Luzia chegou a ser considerado o mais antigo habitante do continente, com cerca de 11,5 mil anos. Sua descoberta mudou os conceitos das migrações pré-históricas que povoaram a região. Contudo, justamente em Lagoa Santa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde ocorreu a descoberta, crânios e esqueletos de homens e mulheres integrantes do mesmo povo não podem ser observados pela população, devido ao fechamento para visitação dos museus da Lapinha (Castelinho) e Peter Lund. O último, que recebeu o nome do naturalista dinamarquês que colocou a região na rota da paleontologia e da arqueologia mundiais, fechou as portas ontem. A providência foi tomada após a constatação de que tinha extintores de incêndio vencidos, que precisaram ser removidos, o que sinaliza para o mesmo risco que destruiu o Museu Nacional. O primeiro ainda não tem plano de prevenção de incêndio adequado, e só poderá funcionar quando cumprir essa exigência.

De acordo com o coordenador de unidade de conservação que abriga as unidades, Rinaldo José de Souza, o Museu Peter Lund, criado em 2012 no Parque Estadual do Sumidouro, precisou recolher todos os extintores e enviá-

los para uma empresa que faz a manutenção nos equipamentos. Por esse motivo, as instalações foram fechadas à visitação. "Não podemos receber as pessoas aqui até que os extintores tenham sido recarregados. Até lá, o museu ficará interditado. Identificamos que os equipamentos estavam vencidos havia uma semana", afirmou.

O museu tem uma coleção modesta, embora importante, com fragmentos de animais da megafauna e também de homens de Lagoa Santa, o povo de Luzia. A maior parte desse acervo foi trazida em comodato do Museu de História Natural de Copenhague, na Dinamarca, para onde foram os itens coletados por Peter Lund, em meados do século 19.

Já o Museu Arqueológico da Lapinha (Castelinho) era de propriedade particular e foi incorporado ao estado em junho deste ano, mas ainda não pôde ser aberto, por falta de plano de prevenção contra fogo. O motivo principal é a falta de um sistema adequado de prevenção de incêndio e evacuação. Mas há também um impasse com o acervo, que pertence à família da historiadora Erika Suzanna Bányai. "Ainda não se decidiu se o acervo poderá ser apresentado, se é de propriedade particular ou se pertence ao estado ou à União", disse o coordenador.

Diferentemente do Museu Peter Lund, o Castelinho tem um acervo riquíssimo. São 1.570 conjuntos que vão desde artefatos indígenas às estrelas da coleção, que são os três crânios fossilizados de homens de Lagoa Santa, todos com mais de 9 mil anos. "A histó-

ria de Luzia não acabou. Ela está representada nesses fósseis do seu povo, mas que só poderão ser admirados novamente quando o museu reabrir", disse a curadora do acervo, Erika Suzanna Bányai.

De acordo com ela, os três crânios são atualmente alvo de estudos de pesquisadores europeus e podem ajudar a tornar mais claro

como o povo que ocupou Lagoa Santa na época dos tigres-dentes-de-sabre e preguiças-gigantes cruzou o Oceano Pacífico e chegou até Minas Gerais. "Antes da Luzia, não tínhamos arqueologia no Brasil. Ela era a nossa estrela maior. A um custo terrível, que foi o incêndio do museu, espero que sirva para que se valorize e se cuide melhor do nosso patrimônio", disse Érika Bányai, enquanto se abraça a um busto de Luzia que faz parte do acervo, uma concepção artística inspirada na reconstituição facial feita no crânio nos anos 2000. O artista plástico Arcanjo Ranieri doou o busto para a Prefeitura de Lagoa Santa.

Sobre as providências em relação ao acervo de Lagoa Santa, o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, que responde pela pasta à qual está vinculado o Parque do Sumidouro, afirmou ontem que a Semad está alerta para atualizar as regras de segurança em suas unidades. Ele citou como exemplo a troca programada de extintores e a avaliação da sinalização de emergência, além da revisão dos planos de prevenção e combate a incêndios.

CONT... ESTADO DE MINAS - P. 13 E 14 - 04/09/2018

■ AS MUITAS HISTÓRIAS DE UM TESOURO

Quando a jovem morreu, há quase 12 mil anos, aos pés da Caverna da Lapa Vermelha, em Lagoa Santa, sua falta foi sentida pelo seu grupo de caçadores-coletores e ninguém mais. Nem mesmo a redescoberta de seu fóssil, em uma escavação arqueológica franco-brasileira de 1975, trouxe grandes repercussões. Mas, essa que se tornaria uma importante personagem da história mundial renasceu em 1998, quando cientistas conseguiram datar sua morte, tornando-a o mais antigo ser humano das Américas à época.

A descoberta mostrava que uma onda migratória vinda da região da Austrália chegou às Américas antes dos asiáticos que cruzaram o Estreito de Bering, na Rússia. Foi uma revolução na ciência. A atenção foi tanta que o fóssil dessa mulher, que morreu com cerca de 20 anos, ganhou até nome, sendo batizada como Luzia, numa referência nacional ao fóssil humano mais antigo do mundo, Lucy, uma etíope de 3,5 milhões de anos.

Ainda hoje, em Lagoa Santa, a Lapa Vermelha, onde o fóssil foi encontrado, preserva as anotações em francês feitas com giz pelos arqueólogos que encontraram Luzia. Logo acima dessas medições encontram-se várias pinturas rupestres com mais de 8 mil anos. “Uma das formas de medir o tempo é estudando as camadas de argila depositadas em um sítio arqueológico. Luzia, quando foi retirada daqui, estava entre os estratos de 8 mil e os de 12 mil anos”, conta o espeleólogo Luciano Faria, professor do Centro Universitário Newton Paiva.

A Lapa Vermelha abriga vários pássaros em seus orifícios lascados, como maritacas e urubus. As trilhas até o local são bem demarcadas, porém pouco frequenta-

das, porém pouco frequentadas, já que o espaço fica dentro de uma área de preservação. Contudo, atividades minerárias na região preocupam o espeleólogo. “Será que vamos permitir que atividades de alto impacto nos tirem também aquela que foi sua casa, um local onde sua cultura se expressava por desenhos e onde ela morreu? Fica essa preocupação”, disse Luciano Faria.

RELÍQUIA DE LAGOA SANTA PODE TER SE SALVADO DENTRO DE COFRE

Pesquisadores do Museu Nacional ainda nutriam ontem a esperança de que parte do acervo, justamente algumas das peças mais raras e valiosas, possa ter sido salva do fogo dentro de cofres e armários de aço especiais. Entre essas está o crânio de Luzia, o fóssil humano mais antigo encontrado no Brasil, com cerca de 12 mil anos. Eles reconhecem que o trabalho não será fácil, pois o interior do prédio ainda está muito quente e os dois andares superiores desabaram sobre o térreo, formando uma grossa camada de cinzas, carvão, ferros retorcidos e tijolos. “As pessoas foram de

manhã tentar achar a Luzia, mas parece que ela estava em uma caixa e tem muito escombros. A gente não sabe se ela resistiu. Tem que haver a perícia, para liberar o prédio e os pesquisadores entrarem de fato e retirar os escombros”, disse a vice-diretora do museu, Cristiana Serejo. Segundo ela, alguns departamentos guardavam peças mais valiosas dentro de cofres, que podem ter resistido às altas temperaturas. O pesquisador Helder de Paula Silva, um dos responsáveis pela coleção de paleontologia, confirmou a informação. “O crânio de Luzia estava em uma região que foi bem atacada pelo fogo, difícil de ser acessada, e não conseguimos localizá-lo”, contou Helder.

“

Antes da Luzia, não tínhamos arqueologia no Brasil. A um custo terrível, que foi o incêndio do museu, espero que sirva para que se valorize e se cuide melhor do nosso patrimônio”

■ **Érika Bányai**, curadora do acervo do Museu Arqueológico da Lapinha, com uma reconstituição das feições da mulher de 12 mil anos que estava no acervo do museu incendiado no Rio





O espeleólogo Luciano Faria próximo à gruta em que foram descobertos os restos de Luzia: futuro das formações naturais também preocupa

'PAI' DE LUZIA: 'É UMA MANCHA PARA O BRASIL'

Rio de Janeiro – “Estou extremamente abalado”, afirmou ontem o arqueólogo e antropólogo Walter Neves, considerado o pai de Luzia – o fóssil humano mais antigo já encontrado nas Américas, com cerca de 12 mil anos, e que pode ter sido perdido no incêndio do Museu Nacional, no Rio. A reconstituição de suas feições, que ficava em exposição, foi destruída pelas chamas, mas até ontem ainda não havia uma posição oficial sobre o crânio original. “Essa era uma tragédia anunciada; o poder público abandonou completamente o museu há décadas”, afirmou. O antropólogo classificou o incêndio como uma “tragédia para a humanidade”. “E nós teremos de prestar contas disso para a humanidade. Será sempre uma mancha enorme para o Brasil no mundo inteiro.”

Coordenador do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), Neves não foi o responsável pelo resgate do esqueleto, na década de 1970, na região de Lagoa Santa, na Grande

“Teremos de prestar contas disso para a Humanidade. Será sempre uma mancha enorme para o Brasil no mundo inteiro”

■ **Walter Neves**, coordenador do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos do Instituto de Biociências da USP, responsável por estudos que, a partir de Luzia, reformularam a teoria da ocupação das américas

BH. Mas, graças a seus estudos foi possível reformular a teoria de ocupação humana nas Américas durante a pré-história.

O modelo postulado por Neves sustenta que o continente americano foi colonizado por duas levas distintas de *Homo sapiens*, vindas da Ásia. A primeira onda migratória teria ocorrido há pelo menos 14 mil anos e era composta de indivíduos parecidos com Luzia, com traços semelhantes aos dos atuais negros africanos e aborígenes australianos. Este grupo, no entanto, não teria deixado descendentes. Uma segunda leva migratória teria

chegado há 12 mil anos e seus membros apresentavam um tipo físico característico dos asiáticos, dos quais são descendentes os índios atuais.

Foi Neves quem batizou o fóssil de Luzia – numa alusão a Lucy, um fóssil de australopitecos de 3,2 milhões de anos descoberto no Deserto de Afar, na Etiópia, considerado um dos mais antigos hominídeos de que se tem notícia. Ele se encontra hoje no Museu Nacional, em Adis Abeba. O fóssil, no entanto, é guardado em condições de segurança e apenas uma réplica fica em exposição.

“Para mim, a maior tragédia, de longe, é a perda das coleções”, diz Neves. “Em muitos países, por incrível que pareça até na Etiópia, coleções únicas, como a Luzia, são consideradas questão de Estado: elas são mantidas em situação ideal de preservação e, para estudá-las, é preciso pedir permissão diretamente ao presidente da República.”

Neves frisou, no entanto, que seria “estreito”, da parte dele, salientar somente a perda de Luzia. “A questão das coleções é muito cruel, porque ou você tem ou não vai ter nunca mais”, disse Neves, referindo-se especificamente às coleções egípcias e gregas, as maiores da América Latina, trazidas em parte por Dom João VI, em 1808. “É um material que nunca mais vamos ter. Mesmo que a gente vá escavar nesses países, as leis nacionais não permitem que as peças saiam. Então, nesse caso, nunca mais vamos ter condições de fazer pesquisas sobre Egito e Grécia com base em coleções de museus no Brasil.”

O TEMPO - P. 36 E 37 - 04/09/2018

Minas. Só 15 dos 31 locais presentes em lista do Corpo de Bombeiros possuem liberação para funcionar

Menos da metade dos museus cadastrados tem vistoria em dia

AVCB é o documento que atesta condições mínimas de segurança contra incêndios

■ **TATIANA LAGÔA**
LETÍCIA FONTES
MICHELYNE KUBITSCHK

■ Enquanto o país tenta se refazer do baque da perda de parte significativa de sua história com o incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, esses espaços em Minas Gerais seguem vulneráveis, à beira de uma nova tragédia. Menos da metade dos espaços museológicos cadastrados no sistema informatizado do Corpo de Bombeiros no Estado possui comprovante de que a edificação tem condições mínimas de segurança contra chamas.

Dos 31 museus presentes na lista, apenas 15 têm o chamado Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). O documento é o que garante que a estrutura não tem risco de incêndio ou possui os equipamentos necessários para apagar as chamas e salvar vidas em caso de um acidente. O auto deve ser renovado a cada três anos.

Segundo o integrante da diretoria de atividades técnicas dos Bombeiros, o capitão Frederico Pascoal, as questões avaliadas no AVCB são de extrema importância para garantir o funcionamento seguro

das instituições. As penalidades previstas para os locais irregulares vão de advertência e multa até interdição parcial ou total das atividades.

Na capital, um dos imóveis que estariam irregulares é o Museu da Moda de Belo Horizonte (Mumo). Uma fonte ligada à administração do imóvel confirmou a situação à reportagem. Segundo funcionários do local, o prédio possui projeto de combate a incêndio. No entanto, a renovação do AVCB não teria sido feita.

Construído em 1911 e inaugurado em 1914, o museu, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) em 1975, sedia debates, estudos, desfiles, exposições, seminários e cursos sobre o tema. Em média, cerca de 4.000 pessoas passam pelo local por mês. “Creio que não é uma situação específica do Museu da Moda. Todos os museus da cidade estão com dificuldade, seja em relação à renovação (do AVCB), seja quanto à elaboração de projeto para o Corpo de Bombeiros”, afirmou a fonte, que pediu para não ser identificada.

SUBNOTIFICAÇÃO. Minas Gerais tem 430 museus cadastrados no Sistema Estadual de Museus, e apenas 31 constam na lista da rede informatizada do Corpo de



Exemplo. Uma das edificações museológicas do Estado que estariam irregulares é o Museu da Moda, na capital, construído em 1911

Bombeiros, que existe desde 2014. “Para saber a realidade de todos os museus, seria necessária uma pesquisa manual e demorada. Mas esses números já mostram bem o retrato no Estado”, afirma Pascoal.

Para especialistas, a realidade do acervo mineiro é

ainda pior do que sugerem os números. “Os museus públicos vêm sofrendo com a falta de investimentos. Vários estão em prédios muito antigos e dependem de manutenção para evitar tragédias. É uma realidade até difícil de quantificar, porque sabemos, por exemplo, de casos de acervos guardados de forma inadequada. E isso não é avaliado pelos bombeiros”, diz o professor de cultura e patrimônio histórico da PUC Minas Leônidas Oliveira, que já presidiu a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Leia mais sobre esse assunto nas páginas 23, 24 e 38.

DANIEL CERQUEIRA - 22.1.2013

Prefeitura

Resposta. Conforme a PBH informou, todos os equipamentos culturais do município possuem extintores de incêndio com a validade em dia e brigadistas treinados.

Respostas

🕒 **FMC.** A Fundação Municipal de Cultura informou que, dos 69 museus da capital, sete são de responsabilidade da prefeitura. A pasta afirmou que tem se empenhado em garantir a segurança e a preservação dos acervos e aprovou um projeto junto aos bombeiros para que empresas terceirizadas visitem os museus, indicando as necessidades de cada local no que se refere a combate a incêndio e pânico.

🕒 **Estado.** Segundo a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, dos

430 espaços museológicos mineiros, sete são geridos pelo Estado. A pasta destacou que realiza treinamentos periódicos com brigadistas.

🕒 **MEC.** O Ministério da Educação informou que, em relação aos museus ligados a universidades federais, libera recurso para as instituições, que são autônomas e responsáveis pela gestão da verba e pela distribuição de suas estruturas. O orçamento previsto para 2018, segundo o órgão, é de R\$ 1.945.832.801.

CONT... O TEMPO - P. 36 E 37 - 04/09/2018

DANIEL CERQUEIRA - 22.1.2013

“Temos que nos atentar para a segurança do nosso patrimônio. Uma perda como a do Museu Nacional é inestimável. Parte da história foi apagada.”

Célia Corsino
Superintendente
do Iphan-MG



História. Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, na região Noroeste de BH, foi incendiado em 2013

Acervo

Fogo destruiu fóssil de 10 mil anos

+ Um incêndio no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, localizada no bairro Dom Cabral, na região Noroeste de Belo Horizonte, em 2013, levou à perda de um fóssil de cutia de 10 mil anos, conforme lembrou o atual coordenador do museu, Bonifácio José Teixeira.

Após o incêndio, houve um investimento de R\$ 1,5 milhão na melhoria de segurança da estrutura do local.

Apesar de o fogo não ser mais ameaça, o museu sofre com falta de recursos, de acordo com Teixeira.

Segundo ele, o dinheiro para custear a unidade foi cortado em 20%, com a consequente redução no quadro de funcionários, segundo Teixeira. Ele informou ainda que, para reduzir custos, a carga horária de alguns funcionários teve que ser reduzida. **(Tatiana Lagôa)**

CONT... O TEMPO - P. 36 E 37 - 04/09/2018

UFMG. Reportagem registrou materiais de pesquisa espalhados em corredor junto a produtos inflamáveis

Pesquisadores temem tragédia

Instituto de Ciências Biológicas tem acervo de 2 milhões de espécies

■ TATIANA LAGÔA

Entulho, restos de madeira e objetos de papelão jogados pelos cantos. Tudo em meio a um amontoado de caixas e armários com vidros cheios de álcool. Essa é a descrição dos corredores do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde está acondicionado um acervo de pesquisas, com espécies animais e vegetais, inclusive em extinção. A situação faz com que pesquisadores, alunos e professores sejam praticamente unânimes ao chamarem o prédio de “bomba-relógio”.

Parte do material poderia ficar no Museu de Ciências Morfológicas, que fica anexo ao prédio. Mas nem tudo cabe lá. Outra parcela ainda é utilizada em estudos e deveria estar em um espaço acessado apenas por pesquisadores. Porém, por falta de estrutura, tudo fica no corredor do instituto, ao qual qualquer pessoa tem acesso. A reportagem esteve no prédio ontem, por duas vezes, e chegou ao material de pesquisa sem qualquer dificuldade.

Como todo o material está acondicionado em frascos com álcool, qualquer incidente com fogo nos laboratórios do prédio pode le-

var a um incêndio de grandes proporções, como foi alertado pelos pesquisadores do local que conversaram com a reportagem. Além disso, vários corredores não têm extintores de incêndios, e alguns dos equipamentos disponíveis estão vencidos.

Segundo o diretor do

Novo prédio

Obra. A UFMG informou que há projeto aprovado para construção de novo prédio do ICB, o qual vai custar R\$ 20 milhões. A universidade disse que servidores fazem treinamento de combate a incêndio.

Centro de Coleções Taxonômicas do ICB, Fabrício Rodrigues dos Santos, o instituto tem um acervo de 2 milhões de espécies, entre aves, mamíferos, aracnídeos e plantas. O trabalho mais antigo armazenado no complexo é do século XIX. “É um descaso total com a pesquisa. Temos no acervo, por exemplo, espécies de peixes da parte danificada do rio Doce, material que não se encontra mais na natureza”, afirma.

Ele teme uma tragédia da mesma proporção da que ocorreu no Rio de Janeiro: “E, se isso acontecer, o fogo vai espalhar muito rapidamente porque temos muito material inflamável aqui”.



Manutenção em equipamento de segurança está atrasada

Ministério da Cultura

Recursos. O Ministério da Cultura (Minc) informou à reportagem que a gestão financeira e administrativa do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) é de responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Legislação. Segundo a pasta, é possível utilizar a Lei Rouanet para captar recursos de patrocinadores para a preservação e a restauração do ICB. Equipamentos culturais estão contemplados na lei para restauro e obra e para manutenção.

FOTOS MARIELA GUIMARÃES



Perigo. Acervo está acondicionado em álcool e próximo a materiais inflamáveis, como papelão e madeira

Patrimônio

MP apura 20 irregularidades

+ Atualmente, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) investiga e acompanha mais de 20 casos de irregularidades em imóveis históricos no Estado. De acordo com a coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, Giselle Ribeiro, a maioria dos problemas está relacionada à segurança e à prevenção de incêndios e situação de pânico.

Em Belo Horizonte, são oito locais em risco. Segundo a promotora, entre os espaços irregulares estão igrejas, teatros municipais e imóveis tombados. Após a tragédia no Rio de Janeiro,

os promotores vão intensificar a fiscalização. “Temos casos em Muriaé (Zona da Mata), Contagem (região metropolitana) e Catas Altas (Central). São bens e imóveis do patrimônio cultural. A tragédia do Rio dei-

xa a lição de que a história pode ser destruída em poucas horas. Esses imóveis possuem particularidades, mas não é impossível se fazer um projeto para o Corpo de Bombeiros. Muitas vezes, os responsáveis, infelizmente, entendem que é um gasto”, destacou Giselle Ribeiro.

Segundo a superintendente do Iphan em Minas Gerais, Célia Corsino, as obras em andamento no Estado, com recursos do governo federal, têm seguido parâmetros de segurança contra acidentes, como o do Museu Nacional. **(TL/Letícia Fontes)**

Projeto

Andamento. O Iphan estuda há mais de um ano lançar uma portaria que coloca regras de segurança para prevenção de incêndios em edifícios tombados. O projeto está fase de finalização.